

Fluxo migratório exigirá *revolução*

A criação de uma estrutura semelhante ao Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUS) na área da Assistência Social é a solução apontada pelo 1º Encontro Nacional de Migração e Desenvolvimento Regional, que será encerrado hoje, para acabar com os problemas existentes em todo o País por causa do fluxo migratório. O fim da problemática passa por uma verdadeira revolução, pois só poderá ocorrer se o Governo Federal e os parlamentares se dispuserem a realizar uma reforma nas relações Estado - municípios através de uma política unificada, que passa inclusive pela reforma urbana e agrária.

Carta

Essas conclusões a que chegaram os participantes do evento - secretários e estado e representantes das capitais e municípios brasileiros - vão constar de uma Carta, que após assinada, será entregue ao Presidente da República, aos senadores, deputados federais e estaduais.

Segundo a secretaria de Desenvolvimento Social do GDF, Maria Alice Guimarães, "a importância do encontro residiu não só na discussão como também na participação de técnicos representando diversos partidos políticos que chegaram a um acordo na maioria dos pontos". São consensuais: a criação de uma Frente Nacional de Ação Social e da Frente Parlamentar - que levará adiante o lobby da assistência social, fazendo com que o artigo 204 da Constituição seja cum-

prido através da descentralização político-administrativa do setor e da participação da comunidade.

Medidas

Para atingir os objetivos, através da diminuição das diferenças regionais - apontada como a principal causa da expulsão das populações - serão necessárias as seguintes medidas, de acordo com os resultados do encontro: atendimento à população, com o reforço à estrutura urbana e rural que não têm um atendimento social da forma desejada; reforço às pequenas e médias cidades; compatibilização orçamentária nos três níveis - União, estado e municípios; incentivo aos setores produtivos, através de uma política de desenvolvimento.

Frentes

"Na verdade, as reformas que queremos significam uma intervenção na estrutura global das relações do País. E será a situação das duas frentes - uma acompanhando o trabalho local, mas com uma visão geral e a outra dos deputados que votam leis e vão modificar a Constituição - que poderemos atingir os nossos objetivos", declarou Maria Alice Guimarães.

A secretária acredita que um primeiro passo a ser dado é a implantação imediata de uma política regional: "Desde já uma maior participação no orçamento até às ações na área social". O encontro definiu que a Frente Nacional de Ação Social se reunirá no Rio de Janeiro, nos dias 5, 6 e 7 de dezembro próximo.